

CONVERSA CAPITAL

JOÃO CADETE DE MATOS PRESIDENTE DA ANACOM

“Metas do 5G são realistas. Depende da vontade de operadores”

O presidente da Anacom não tem dúvida de que os calendários e as obrigações de cobertura do 5G impostos pelo Governo e pelo regulador são “exequíveis”. E garante que o seu cumprimento só depende da vontade das operadoras.

SARA RIBEIRO

sararibeiro@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1

DUARTE RORIZ

Fotografia

Depois das críticas dos operadores e do Governo sobre o atraso no 5G, na semana passada a Anacom apresentou o regulamento para os leilões. Um passo que foi dado pouco depois de o Governo ter apresentado a estratégia nacional para o 5G, a qual já estava prometida desde setembro. Em entrevista ao Negócios e à Antena 1, o presidente do regulador, João Cadete de Matos, explica os planos para o desenvolvimento da quinta geração móvel (5G).

Tendo em conta que nos próximos 30 dias as operadoras vão ter de pronunciar-se sobre o regulamento que está em consulta pública, é possível cumprir o calendário de lançar os leilões em abril?

O calendário é possível e não é propriamente uma novidade. Não estamos a seguir um caminho diferente daquele que já foi seguido no passado e é seguido noutros países. Além disso, o regulamento tem em consideração um conjunto de princípios que já tinham sido objeto de uma consulta pública também no ano passado e os operadores já conhecem as linhas mestras daquilo que é o objetivo subjacente ao leilão para o 5G.

Mas os operadores ainda não conheciam números concretos como os dos preços e os das obrigações de cobertura...

É verdade porque só agora é que foi aprovado o projeto de regulamento e aí não há propriamente uma grande novidade. E se houver, penso que será positiva porque os preços que a Anacom fixou estão alinhados com a média dos leilões que houve na Europa nos últimos dois anos.

Ainda assim, a consulta pública vai trazer novidades, ou pelo menos sugestões, que a Anacom pretende ou não passar para o regulamento?

A nossa prática é sempre ouvir com atenção todos os contributos, não só dos operadores mas de todos os outros interessados.

Quanto tempo é que vai demorar esse trabalho?

Está previsto que a consulta decorra até final de março e depois teremos poucas semanas para fazer um trabalho intensivo de analisar todos os contributos.

O que é que são poucas semanas? Quatro semanas?

Uma vez que temos o objetivo de iniciar o leilão em abril, teremos menos de um mês para fazer a análise desses contributos e para tomar as decisões.

Portanto, não é exequível?

É completamente exequível. [...] Os objetivos são ambiciosos mas queremos cumprir o calendá-

rio e em abril queremos que o leilão tenha início. O prazo do leilão vai depender do número de rondas que houver. Mas, se tudo correr como previsto, em maio ou junho teremos o leilão concluído e estaremos em condições de atribuir as frequências para que os operadores a partir do segundo semestre comecem a utilizar essas licenças.

Em que pontos a Anacom está disposta a ceder? Na cobertura? Os operadores admitem que será difícil cumprir...

Quando se fala em ceder temos de perceber o que isso significa, porque nesse ponto existem interesses divergentes. Ainda esta semana tornei a receber cartas de juntas de freguesia que não têm cobertura por voz. [...] Obviamente estas populações não têm esse serviço porque os operadores não consideraram rentável fazer o investimento, essa é uma das dificuldades que tem havido para chegar com boas comunicações a todo o país. Ora, o interesse dos operadores será não investir uma vez que isso tem um custo que entendem que não tem retorno. O interesse das populações, das empresas e das autarquias é o oposto. Portanto, a nossa expectativa é nesta consulta receber contributos quer num sentido quer noutro.

E a meta de ter duas cidades cobertas com 5G até ao final de 2020 vai ser cumprida?

Acredito que sim. [...] Neste momento, temos três operadores móveis que têm frequências e um

operador grossista [Dense Air] que detém licença no 5G. Se cada um tiver a preocupação de responder ao objetivo fixado pelo Governo – ter duas cidades, uma delas no interior – diria até que gostaria que os quatro operadores respondessem a este objetivo e talvez no final do ano tenhamos não duas mas oito cidades cobertas. É algo que é realista, depende de facto da vontade dos operadores sendo que todos eles têm estado ao longo do último ano, com o apoio da Anacom, a fazer testes de 5G. Portanto, estão criadas as condições para que este objetivo seja alcançado. ■

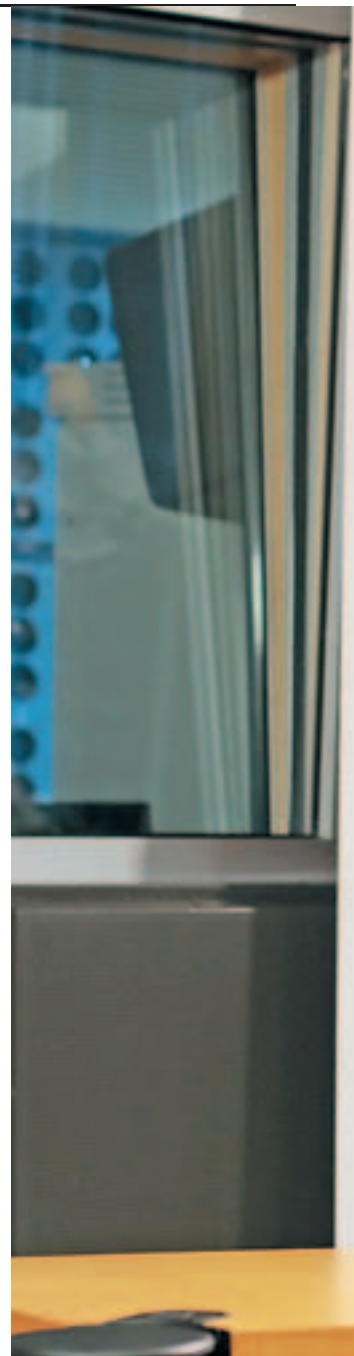
“Era desejável haver mais do que um novo operador móvel no mercado português”

O “roaming” nacional tem sido uma das medidas mais defendidas pelo atual presidente da Anacom. Agora, com os leilões do 5G à porta, a medida ganhou força. E segundo Cadete de Matos poderá até vir a ser imposta caso os operadores não cheguem a consenso.

No regulamento há benefícios que são dados a novos “players”, como o

desconto no preço das frequências. É só por isso que eles vêm? Isso é uma garantia para ter esse quarto operador?

A situação em Portugal é dispar da maioria dos países da Europa que têm quatro operadores móveis. Com os leilões realizados nos últimos dois anos os países que tinham três operadores móveis registaram a entrada de um quarto.





PERFIL

Da banca para a “zona de guerra”

Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, Cadete de Matos fez praticamente todo o seu percurso profissional na banca. Até assumir a presidência da Anacom [2017], na bagagem trazia 32 anos de experiência em vários departamentos do Banco de Portugal, no qual se destacou por ter integrado a comissão liderada por Vítor Constâncio, então governador, que avaliou o défice das contas públicas quando José Sócrates chegou à liderança do Governo. Antes de entrar na “zona de guerra” das telecomunicações, como o próprio já apelidou, ocupava o cargo de diretor do Departamento de Estatística do Banco de Portugal. Cadete de Matos nasceu em Lisboa, mas é descendente de uma família de agricultores de Mação. E, sempre que pode, gosta de visitar o “seu” Trás-os-Montes. Aliás, decidiu até manter a tradição da agricultura, plantando na sua pequena horta tomates, rúcula e salsa, por exemplo. Cozinhar e fotografar são outras das suas paixões.

Mas já há uma intenção de alguma empresa?

No caso de Portugal, a Anacom considera que há justificação plena para querermos seguir um caminho análogo. [...] Queremos criar essas condições com o objetivo de melhorar a concorrência porque achamos que é útil para o setor e bastante benéfico para os utilizadores das comunicações.

Não há aí um desequilíbrio relativamente a quem já está no mercado, sendo que esses novos operadores vão beneficiar da rede que existe?

Não há porque os operadores que estão no mercado, no passado, já beneficiaram de condições equivalentes. Aliás, aqueles que estão desde o início das operações beneficiaram de condições muito favoráveis. Obviamente fizeram os seus investimentos, tiveram os seus retornos, que foram significativos ao

longo do período da existência de comunicações móveis. [...] Portanto, neste momento, a entrada de qualquer operador é muitíssimo mais exigente, porque há uma condição que está consolidada no mercado português em termos dos três operadores que têm as ofertas dominantes. E qualquer operador vai ter de fazer investimentos significativos em espectro ou, e essas são as duas alternativas que criamos neste projeto de regulamento, podem utilizar a rede parcialmente de outro operador, o que nós designamos de operador virtual, ou utilizar o “roaming”. Mas tudo isto significa que os outros operadores vão ter também uma receita dessa partilha das redes.

Haverá mais do que um novo operador com o 5G?

Era desejável e bom para os portugueses e para o setor. Eu te-

nho insistido muito que há algo que temos de mudar em Portugal do ponto de vista do paradigma do desenvolvimento do setor, e também aí aprendendo com o melhor do que se tem feito na Europa, que se chama partilha de investimentos e das redes quer passivas quer ativas. Portugal deu bons exemplos em termos de partilha das condutas, dos postes, mas temos também de ser capaz de partilhar as antenas. É uma aberração que haja pontos do país em que a cobertura da rede móvel é péssima e às vezes inexistente.

O “roaming” nacional seria uma das soluções. Mas, para tal, todos os operadores têm de querer ou podemos chegar ao ponto de impor?

Depende da vontade também do legislador, porque nos países em que isto aconteceu foi por via

da legislação. Mas a verdade é que o Governo português já se expressou publicamente a favor desta solução de “roaming” nacional porque é vantajosa para as populações.

Portanto ou há consenso ou, não havendo, terá de ser imposta esta medida porque o

5G em “roaming” nacional é para avançar?

Exatamente. Eu acredito que tem de haver de facto essa vontade explícita das empresas de prestar o melhor serviço, de terem um maior retorno do seu investimento, e de conseguirem ter condições para preços mais competitivos. ■

“É uma aberração que haja pontos do país em que a cobertura da rede móvel é péssima.”

“Nos países onde há ‘roaming’ nacional, foi por via da legislação.”

CONVERSA CAPITAL

JOÃO CADETE DE MATOS PRESIDENTE DA ANACOM

“O lóbi das telecomunicações é muito poderoso em Portugal”

A Anacom propôs ao Governo uma redução “substancial” das taxas de espectro. Sobre os ataques de que tem sido alvo pelas operadoras, Cadete de Matos apela ao “respeito” pelo papel de cada uma das partes.

SARA RIBEIRO

sararibeiro@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1

DUARTE RORIZ

Fotografia

Desde que assumiu as funções de presidente da Anacom que João Cadete de Matos entrou numa “zona de guerra” com as três principais operadoras: Meo (da Altice), Nos e Vodafone Portugal. O 5G agudizou os ânimos, tendo gerado acusações duras ao líder da Anacom, processos em tribunal e até um pedido de demissão pelo presidente executivo da Altice Portugal, Alexandre Fonseca. Ataques que, segundo João Cadete de Matos, não têm tido qualquer reflexo no seu trabalho, e que demonstram “pouca capacidade de entender que a concorrência é algo que está inscrito na lei portuguesa”.

Um dos pontos da estratégia para o 5G que vai ao encontro do defendido pelas operadoras está relacionado com as taxas de espectro. Acha que devia haver incentivos para as operadoras que estivessem envolvidas na cobertura de hospitais ou da linha ferroviária por exemplo?

O Governo inscreveu esse objetivo na resolução que tomou [para a estratégia nacional para o 5G] e tem o nosso inteiro apoio. Vamos procurar ajudar na concretização desse objetivo.

Do seu ponto de vista, até que ponto as taxas podem ter valores inferiores?

Elaborámos e fizemos já uma proposta ao Governo, que vai ser submetida a consulta pública.

Qual foi a proposta?



Aquilo que nós propusemos foi que houvesse uma redução substancial em termos daquilo que é o nível global das taxas.

Como é uma proposta que está a ser analisada pelo Governo, acho que devemos aguardar. É uma iniciativa do Governo, não compete

à Anacom definir as taxas.

Substancial será mais ou menos de que valores?

Em termos de valor anual traduz-se em várias dezenas de milhões de euros, ou seja, significa que é de facto algo substancial. Mas há que aguardar pelo documento que o Governo nos vai pedir para pôr em consulta pública. É uma decisão do Governo. Eu não me quero imiscuir nas suas competências nessa matéria.

Acha que essa proposta também é um ato de boa-fé da sua parte relativamente às opera-

doras que têm publicamente feito críticas duras? É uma forma de mostrar que está disponível para se relacionar de outra forma?

O presidente do conselho de administração e o conselho de administração estão completamente empenhados em cumprir a missão da autoridade reguladora. É um equilíbrio que às vezes não é fácil, mas que passa por garantir que o setor se desenvolve porque nós temos de ter obrigações mas temos de ter investimento. E é isso que está presente neste projeto de regulamento e também está presente nas decisões tomadas pelo

“[A redução das taxas] traduz-se em várias dezenas de milhões de euros por ano.”

“Há pouca capacidade de entender que a concorrência é algo que está inscrito na lei.”

“Algumas [operadoras] pertencem a grupos internacionais e têm, de facto, tido um retorno bastante significativo, só que isso é com prejuízo para o país.”

Governo que é criar condições para investir. E as empresas só investem se tiverem perspectivas de terem um retorno financeiro.

Mas como é que interpreta este ataque público das operadoras em comparação com a postura de outros setores e de congêneres europeus? Houve um operador inclusive que chegou a pedir a sua demissão...

Penso que em Portugal infelizmente em alguns setores, e neste setor eu acho que isso acontece, há pouca capacidade de entender, por um lado, que a concorrência é algo que está inscrito na lei portuguesa. Desde 1975, desde a Revolução, que se aboliu em Portugal a lei do condicionamento industrial, a lei que defendia os monopólios. Mas, de facto, por vezes ouço atitudes anticoncorrência, que vão contra a lei europeia que também é a favor da concorrência. Muitas das decisões que tomamos são incompreensivelmente contestadas e, atenção, aí não é só a Anacom que tem tomado essas decisões. A Autoridade da Concorrência tem vindo a sublinhar a mesma preocupação sobre os preços. É para isso que um regulador serve, para promover a concorrência.

O lóbi das telecomunicações é muito poderoso em Portugal?

O lóbi das telecomunicações é muito poderoso em Portugal e é muito poderoso em todos os países da Europa. Numa declaração pública, numa das minhas primeiras intervenções quando iniciei funções em 2017, disse que o conselho ou o aviso que recebi das minhas contrapartes em toda a Europa foi dizerem-

-me que eu ia para uma zona de guerra. É uma zona em que vezes demais existe pouco equilíbrio nas declarações que são feitas. E pouca responsabilidade também, porque eu acho que todos devemos ser responsáveis por aquilo que dizemos, todos devemos respeitar e compreender o papel de cada um, não deve haver excessos. A Anacom tem uma linha de conduta que é de não responder a esse tipo de afirmações que não têm sustentação e continuar a fazer o nosso trabalho de forma rigorosa e competente.

É aberto ao diálogo?

Sempre. Reúno regularmente quer por nossa iniciativa quer por iniciativa das empresas do setor sempre que é solicitado. Por vezes, quando as empresas nas reuniões que têm não ouvem o que gostariam de ouvir [...] e se no dia seguinte vão para os jornais dizer que o presidente do conselho de administração da Anacom se devia demitir... Enfim, não é por isso que no dia seguinte não vou continuar a fazer o mesmo trabalho, com o mesmo rigor, com a mesma competência, com a mesma dedicação. Quer eu, quer todo o conselho de administração, quer toda a equipa da Anacom.

Voltando ao 5G, nos EUA já se fala de uma nacionalização da rede. Essa hipótese foi colocada em Portugal?

Sobre isso têm de perguntar ao Estado o que pensa. A Anacom nessa matéria não tem qualquer intervenção. É verdade que é um setor estratégico e também é verdade que seja público ou privado nós temos de garantir a salvaguarda dos interesses nacionais. ■

“Operadoras terão condições para baixar os preços”

O presidente da Anacom, João Cadete de Matos, está confiante de que a eventual abertura do mercado a pelo menos um novo operador vai permitir baixar a fatura das telecomunicações. E não tem dúvidas de que as empresas têm condições para baixar os preços, apesar do investimento que terão pela frente com o 5G.

Os resultados do leilão e a eventual entrada de novos operadores vai ter impacto nos preços das telecomunicações?

O objetivo é esse. Nos últimos 10 anos os preços em Portugal aumentaram 13% enquanto na União Europeia reduziram 11%. Portanto, a nossa expectativa é que Portugal precisa de aumentar as condições de concorrência para benefício dos utilizadores.

Com o investimento que as operadoras vão fazer terão capacidade do seu ponto de vista para reduzir os preços?

Terão condições e isso aconteceu nos outros países em que tem havido esses investimentos e há esses preços mais baixos.

Não tem sido essa a mensagem que as operadoras têm passado...

Com certeza, as operadoras, em primeiro lugar, tenderão a privilegiar o retorno dos investimentos que fazem e os lucros que conseguem distribuir aos seus acionistas. Isso é perfeitamente compreensível. [...] Nós temos informações que apontam que as empresas em Portugal têm sido muitíssimo mais lucrativas. Algumas

pertencem a grupos internacionais e têm de facto tido um retorno bastante significativo, só que isso é com prejuízo para o país, quer para os consumidores quer para outras empresas. E mesmo esse retorno, como são empresas que pertencem a grupos estrangeiros, nem sequer é rendimento que fica em Portugal.

E acha que vai conseguir alterar esta situação dos preços com a entrada de novos operadores?

Essa é a estratégia de regulação que todos os países seguem. Não estamos a ser inovadores, estamos apenas a aprender com as boas práticas. Isto é a concorrência. É a única forma numa economia em que os preços não são regulados. A Anacom não pode determinar nem as ofertas nem os preços retalhistas, a única forma que nós temos de intervir é, de facto, promovendo a concorrência.

Sobre as receitas dos leilões, o Governo anunciou que iam ser transferidas para um novo fundo a ser criado. Será a Anacom a gerir este fundo?

O Governo ainda não concretizou na resolução de Conselho de Ministros como é que vai fazer a utilização desses fundos. A Anacom tem proposto que as receitas da gestão do espectro sejam preferencialmente utilizadas no desenvolvimento do setor. Portanto, o Governo terá de ver como é que isso é feito. Mas com certeza a Anacom vai estar disponível para dar todo o apoio nesse processo, porque é para benefício das populações. ■

Respostas rápidas

BANCO DE PORTUGAL

Instituição na qual trabalhei 35 anos e que cumpre um papel importante no país.

CONNECTIVIDADE

Aquilo que hoje invade as nossas vidas todos os dias.

CARRO ELÉTRICO

Estão para ficar e fazem falta porque contribuem para preservar o meio ambiente.

EUTANÁSIA

Opção individual de cada pessoa.

ANACOM

Autoridade reguladora que procura com rigor e exigência cumprir a sua missão.

CADETE DE MATOS

Cidadão português humildemente a servir o país. É essa a razão pela qual aceitei o convite para estas funções.

FOTOGRAFIA

Paixão. Algo que gosto muito nos tempos livres.

FAMÍLIA

É o centro da vida. Coisa que penso que nos distingue a nós portugueses, que valorizamos muito a família.

DEUS

Depende de cada um. Para quem acredita como eu, existe. Quem não acredita tem esse direito.

AMBIÇÃO

Faz parte das nossas vidas. Mesmo aqueles que dizem não ter, há alguma coisa sempre que querem ter. Mais não seja queremos todos ser felizes.

PORTUGAL

Um exemplo de longevidade em termos de país. Um país do qual temos de nos orgulhar, aberto ao mundo. E um país com muito futuro, não tenho dúvidas.

CONVERSA CAPITAL

JOÃO CADETE DE MATOS PRESIDENTE DA ANACOM

“Qualidade não é primeira prioridade nos prémios dos CTT. É a evolução das ações”

Apesar de preferir não tomar uma posição sobre a renacionalização dos CTT, Cadete de Matos aponta que quando a empresa era pública os prémios estavam indexados à qualidade do serviço. Hoje estão ligados às ações.



SARA RIBEIRO
sararibeiro@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
DUARTE RORIZ
Fotografia

Com o atual contrato de concessão do serviço postal a terminar no final deste ano, o presidente da Anacom lembra que é importante o Estado ter os instrumentos na lei que permitam garantir um serviço de qualidade em todo o país. E destaca que a nova concessão terá de ter as condições “bem explícitas” e a empresa “não pode, apenas com o objetivo de reduzir custos e aumentar a rentabilidade, deteriorar a qualidade de serviço”.

O tema da renacionalização dos CTT tem estado na agenda política. Na sua opinião faz sentido? Era a melhor maneira de garantir que cumpriam os critérios?

É verdade que Portugal faz parte de apenas quatro países na Europa que têm totalmente privatizada a empresa. Portanto, não é esse o modelo dominante, mas não somos os únicos, há outros países que têm a empresa totalmente privatizada. Noutros tem uma participação do Estado. O que é que muda em ser privado ou em ser público? É que quando a empresa é totalmente privada o Estado não pode, através da gestão, intervir em objetivos de qualidade de serviço ou de cobertura. Nesses casos significa que a missão do regulador é muitíssimo mais exigente. Aquilo que nós esperamos, e que temos dito, é que se o modelo se mantiver como é hoje, isso é uma decisão que não nos cabe tomar.

Mas acha que é uma decisão a ter em conta?

O Estado deve ter os instrumentos na lei que permitam um serviço postal de qualidade em

todo o país. Como é público, no ano passado, fomos confrontados com o encerramento de estações de correio em muitos concelhos do país. A Anacom procurou fazer tudo o que estava ao seu alcance para contrariar essa evolução. [...] Mas a verdade é que a lei não nos dotava de instrumentos que permitissem, de uma forma fácil, travar esse processo, porque até, no limite, os CTT podiam subcontratar todas as estações de correio ao abrigo da concessão que têm. Isto para dizer que o Estado no final deste ano vai ter oportunidade de rever o contrato de concessão e, portanto, este e outros aspetos.

O que deveria mudar?

Quando a empresa era pública, os gestores dos CTT tinham como objetivo para os seus prémios anuais a qualidade de serviço. Os gestores dos CTT hoje têm os prémios indexados à evolução das ações. Portanto, há uma mudança quando uma empresa é pú-

blica e quando é privada, o que significa que objetivos de qualidade agora não estão presentes eventualmente como primeira prioridade, pelo menos do ponto de vista dos seus prémios. Tem de ser a autoridade reguladora – e foi isso que fizemos – a fixar objetivos para os prazos de entrega do correio e para os termos de atendimento.

Tem melhorado o serviço?

Os resultados do ano que passou vão agora ser recebidos. Mas a nossa expectativa é que haja uma melhoria.

Que opções em concreto podem ser tomadas para melhorar o serviço?

Conseguimos um objetivo importante que foi a reabertura de estações. Os correios têm um papel fundamental não só do ponto de vista do serviço às populações, como sabemos, mas também houve um erro estratégico, penso eu dos CTT, que felizmente está a ser

invertido: foi esquecer que os correios têm um enorme futuro para o comércio eletrónico. [...] Uma oportunidade de negócio grande para os CTT, aliás, liga-se muito também ao 5G. Numa visita que fiz à China no ano passado, vi o 5G a ser utilizado para a distribuição das encomendas, para facilitar e acelerar [o processo].

A divisão de serviços por lotes, quer de serviços quer geográficos, era algo que faria sentido?

Podem ser várias soluções, mas o país todo tem de ter correio. E tal como nas comunicações móveis, quando é menos rentável, em zonas com pouca população por exemplo, as empresas não querem investir. [...] Ou seja, a nova concessão terá de ter as condições bem explícitas e a empresa não pode apenas com o objetivo de reduzir custos e aumentar a rentabilidade deteriorar a qualidade de serviço. ■